

# A situação económica, social e territorial de Portugal

A presente nota informativa foi elaborada com o objetivo de fornecer informações para a visita a Portugal de uma delegação da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, de 27 de fevereiro a 1 de março de 2018.

## 1. Portugal e o seu sistema político e administrativo

Portugal é o país mais ocidental da Europa continental e está situado na Península Ibérica. A Norte e a Leste, Portugal faz fronteira com a Espanha. A costa ocidental e meridional tem 1 240 km de extensão e é banhada pelo Oceano Atlântico. O território de Portugal inclui igualmente os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

O Norte de Portugal é montanhoso e o Sul é uma região de colinas suaves e planícies. O ponto mais alto de Portugal encontra-se na Ilha do Pico, nos Açores, enquanto que o ponto mais alto de Portugal continental faz parte da Serra da Estrela. Portugal tem um clima ameno e temperado.

Portugal continental e a Madeira têm o fuso horário da Europa Ocidental, o que significa que, quando são 12h00 em Bruxelas, são 11 horas em Portugal (como no Reino Unido). Uma vez que os Açores ficam mais a Ocidente, quando são 12 horas em Bruxelas são 10 no arquipélago.

Mapa 1: Portugal continental



Fonte: Parlamento Europeu




Portugal tem a décima segunda maior população (10,2 milhões de habitantes) e o décimo terceiro maior território (92 211,9 km<sup>2</sup>) da União Europeia.

Portugal é membro da União Europeia desde 1986 e, em 1999, esteve entre os primeiros membros da área do euro. É também membro da NATO e da OCDE.

A sua língua oficial é o português. No nordeste de Portugal (na região de Miranda do Douro) também é utilizado o mirandês, que é reconhecido oficialmente como língua minoritária. A língua portuguesa está amplamente difundida em todo o mundo. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem nove Estados membros em quatro continentes<sup>1</sup>, entre os quais o Brasil (com cerca de 210 milhões de habitantes) e Angola (cerca de 25 milhões de habitantes).

Quadro 1: Dados fundamentais

	Portugal
Bandeira	
Superfície total	92 211,9 km <sup>2</sup>
População (2018)	10 291 027
Densidade populacional (2016) Estimativa UE-28: 117.5 habitantes por km <sup>2</sup>	113.5 habitantes por km <sup>2</sup>
Língua	Português
Moeda	Euro

Fonte: Eurostat

Portugal é uma república semipresidencialista e uma democracia parlamentar. O presidente é o chefe de Estado e é eleito diretamente por um máximo de dois mandatos consecutivos de cinco anos cada. O presidente é, desde 2016, Marcelo Rebelo de Sousa (antigo dirigente do Partido Social Democrata, membro do PPE). As próximas eleições presidenciais estão previstas para janeiro de 2021.

O Governo português é formado com base nos resultados das eleições legislativas e é responsável perante o parlamento. É chefiado por um primeiro-ministro. O atual primeiro-ministro é António Costa, do Partido Socialista (membro do Grupo S&D). O Partido Socialista formou um governo minoritário com o apoio do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista e do Partido Os Verdes. O governo é responsável pela política geral do país e dirige a administração pública, que executa a política governamental.

A Assembleia da República é o parlamento de Portugal e é constituída por uma única câmara. Os seus 230 deputados são eleitos para um mandato de quatro anos, segundo um sistema de listas partidárias, com representação proporcional com base no método de Hondt. As últimas eleições realizaram-se em outubro de 2015. O partido com o maior número de lugares é o Partido Social Democrata (89), mas o principal partido do governo é o Partido Socialista (com 86 lugares). As próximas eleições estão previstas para setembro-outubro de 2019.

<sup>1</sup> Fonte: <https://www.cplp.org>.

Têm assento na Assembleia da República os seguintes partidos ou formações partidárias:

- Partido Social Democrata (PSD) – Membro do Grupo PPE;
- Partido Socialista (PS) – Membro do Grupo S&D;
- Bloco de esquerda (BE) – Membro do Grupo GUE/NGL;
- Centro Democrático e Social – Partido Popular (CDS-PP) – Membro do Grupo PPE;
- Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Grupo GUE/NGL;
- Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) – Não está representado no PE, coopera com o Grupo Verts/ALE;
- Pessoas-Animais-Natureza (PAN) – Não está representado no PE.

Além disso, estão representados no Parlamento Europeu os seguintes partidos políticos:

- Partido Democrático Republicano (PDR) – Membro do Grupo ALDE;
- Partido da Terra (MPT) – Membro do Grupo do PPE.

Portugal tem 21 representantes no Parlamento Europeu. São membros do Grupo PPE (8), do Grupo S&D (8), do Grupo ALDE (1) e do Grupo GUE/NGL (4).

Portugal conta com 11 membros no Comité das Regiões e 12 representantes no Comité Económico e Social Europeu.

#### Quadro 2: Síntese política

Chefe de Estado – Presidente	Marcelo Rebelo de Sousa
Chefe do Governo – Primeiro-ministro	António Costa
Ministro responsável pela política de coesão	Nelson de Souza, Ministro do Planeamento
Eleições presidenciais	Mais recentes: janeiro de 2016 Próximas: 2021
Eleições legislativas	Mais recentes: outubro de 2015 Próximas: setembro - outubro de 2019
Eleições autárquicas	Mais recentes: outubro de 2017 Próximas: 2021

As autarquias locais em Portugal continental são constituídas por freguesias, municípios e regiões administrativas. A Constituição consagra o princípio da descentralização administrativa (artigo 237.º) e da autonomia financeira das autarquias locais (artigo 238.º).

Portugal tem duas **regiões autónomas**: os Açores e a Madeira. Devido à especificidade das suas características geográficas, económicas, sociais e culturais, bem como às suas aspirações históricas, estas regiões beneficiam de uma forma específica de organização autónoma. Dispõem de amplos poderes legislativos e definem as suas próprias políticas, exceto nos domínios da política externa e da defesa e segurança interna. Ambas as regiões autónomas têm os seus próprios órgãos de governo autónomo: uma Assembleia Legislativa e um Governo Regional. As suas autarquias locais são as freguesias e os municípios. Os Açores e a Madeira têm o estatuto de regiões ultraperiféricas da UE.

Existem cinco **regiões administrativas** em Portugal continental. Estas são responsáveis pelos serviços administrativos descentralizados e dispõem de autonomia financeira e administrativa. Contudo, as regiões administrativas não têm conselhos eleitos. Em 1998, num referendo nacional, os eleitores portugueses rejeitaram uma proposta de regionalização que teria criado regiões autónomas. A administração das regiões é levada a cabo principalmente pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que são órgãos descentralizados da administração central com autonomia financeira e administrativa.

As regiões administrativas e as regiões autónomas são classificadas como regiões NUTS 2 e têm o direito de executar os seus próprios programas operacionais regionais. As regiões autónomas são igualmente classificadas como regiões NUTS 1 e NUTS 3.

Existem 308 **municípios** em Portugal, quase todos eles subdivididos em freguesias. Os órgãos representativos de um município são a assembleia municipal e a câmara municipal. A assembleia municipal é um órgão deliberativo e de tomada de decisão. É composta por membros eleitos diretamente por quatro anos, bem como pelos presidentes de todas as juntas de freguesia de cada município. O número de membros diretamente eleitos tem de ser superior ao dos presidentes das juntas de freguesia. A câmara municipal é o órgão executivo colegial do município. Os seus membros são eleitos por sufrágio universal direto e é chefiada pelo presidente da câmara. Os municípios podem formar associações e federações, a fim de gerir atividades de interesse comum.

Existem 3 092 **freguesias** em Portugal. Os seus órgãos representativos são a assembleia de freguesia e a junta de freguesia. A assembleia de freguesia é o órgão deliberativo da freguesia e os seus membros são eleitos para um mandato de quatro anos. A junta de freguesia é o órgão executivo colegial da freguesia. O seu presidente é membro da assembleia do município em que a freguesia está situada. As freguesias podem formar associações a fim de gerir atividades de interesse comum.

As tarefas dos municípios e das freguesias estão ligadas à satisfação das necessidades das comunidades locais, por exemplo no que respeita ao desenvolvimento socioeconómico, ao ordenamento do território, aos serviços de utilidade pública, à recolha de águas residuais, à cultura, ao ambiente, etc..

Quadro 3: Competências das freguesias e dos municípios

Freguesia	Município
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infraestruturas rurais e urbanas</li> <li>• Fornecimentos públicos</li> <li>• Educação</li> <li>• Cultura, lazer e desporto</li> <li>• Cuidados de saúde primários</li> <li>• Serviços sociais</li> <li>• Proteção Civil</li> <li>• Ambiente e saúde</li> <li>• Desenvolvimento</li> <li>• Planeamento rural e urbano</li> <li>• Proteção da comunidade</li> <li>• Entre os deveres das freguesias incluem-se também, sempre que aplicável e em conformidade com a legislação, atividades de planeamento, gestão e investimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infraestruturas rurais e urbanas</li> <li>• Energia</li> <li>• Transportes e comunicações</li> <li>• Educação, formação profissional e formação</li> <li>• Património, cultura e ciência</li> <li>• Lazer e desporto</li> <li>• Saúde</li> <li>• Serviços sociais</li> <li>• Habitação</li> <li>• Proteção Civil</li> <li>• Ambiente, esgotos e saneamento</li> <li>• Defesa do consumidor</li> <li>• Promoção do desenvolvimento</li> <li>• Ordenamento territorial e urbano</li> <li>• Polícia municipal</li> <li>• Cooperação externa</li> </ul>

Fonte: Comité das Regiões

Para além dos municípios e freguesias, entre as autarquias locais de Portugal incluem-se outros tipos de entidades, tais como 21 comunidades intermunicipais, associações de municípios e duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto), bem como comunidades urbanas. A principal função destas entidades consiste em coordenar os investimentos municipais de interesse intermunicipal. Os seus domínios de competência incluem também a gestão estratégica, económica, social e territorial<sup>2</sup>.

Mapa 2: Divisão administrativa de Portugal



Fonte: © Imagem usada sob licença da Shutterstock.com

<sup>2</sup> Fonte: Comité das Regiões.

## 2. Situação socioeconómica

Portugal tem mais de 10 milhões de habitantes. Com uma densidade populacional de 113.5 pessoas por km<sup>2</sup>, Portugal está próximo da média da UE (117.5 habitantes por km<sup>2</sup> na UE-28). A taxa global de fertilidade é de 1,36 e é nitidamente inferior à média da UE (1,6). Desde 2010, a população de Portugal tem vindo a diminuir lentamente, passando de 10,57 milhões de habitantes para 10,29 milhões em 2018. O nível de educação está a melhorar de forma sistemática. Em 2000, apenas 11 % das pessoas entre os 30 e os 34 anos tinham concluído com êxito o ensino superior. Em 2017, essa percentagem já foi de 33,5 % (a média da UE foi de 39,9 %)<sup>3</sup>.

A capital de Portugal é Lisboa. Com uma população de mais de 550 000 habitantes, é o maior município português. Juntamente com 17 outros municípios, forma a área metropolitana de Lisboa, que tem cerca de 3 milhões de habitantes. A segunda área metropolitana é constituída pelo Porto, em conjunto com 16 outros municípios. Estas duas áreas metropolitanas concentram cerca de metade da população portuguesa.

A economia portuguesa foi duramente atingida pela crise económica, tendo o país enfrentado dificuldades com o aumento do défice e da dívida pública. Em 2011, Portugal teve de solicitar assistência financeira e obteve um resgate no valor de 78 mil milhões de euros da UE e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Desde então, a economia portuguesa tem registado uma recuperação gradual. As reformas estruturais, introduzidas com a ajuda da UE e do FMI, melhoraram a produtividade e competitividade. O Governo atual conseguiu reduzir eficazmente o défice público. Em 2016, este representava 2 % do PIB, a percentagem mais baixa desde que Portugal aderiu à área do euro em 1999. Em 2017, o crescimento real do PIB atingiu 2,8 %, a taxa mais elevada desde 2000 e, como é de salientar, este crescimento gerou novos postos de trabalho. A taxa de desemprego caiu de 16,4 % em 2013 para 7,0 % em 2018 (de 38,1 % para 20,1 % no que respeita aos jovens). No entanto, a elevada dívida pública (cerca de 120 %) continua a ser uma importante vulnerabilidade da economia do país.

Desde a sua adesão, Portugal tem sido um dos Estados-Membros menos desenvolvidos da UE. Em 2006, o seu PIB per capita expresso em paridade de poder de compra (PPC) era 83 % da média da UE e era inferior não só ao da Grécia, mas também ao dos novos Estados-Membros Chipre e Eslovénia. Apesar da recuperação económica, em 2017 o PIB per capita de Portugal em PPC situava-se em 77 % da média da UE e era o nono mais baixo da UE.

Quadro 4: Taxa de crescimento real do PIB (%)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	-3.0	1.9	-1.8	-4.0	-1.1	0.9	1.8	1.9	2.8
UE	-4.3	2.1	1.7	-0.4	0.3	1.8	2.3	2.0	2.4

Fonte: Eurostat

<sup>3</sup> Fonte: Eurostat.

Quadro 5 Défice/excedente da administração pública (% do PIB)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	-9.8	-11.2	-7.4	-5.7	-4.8	-7.2	-4.4	-2.0	-3.0
UE	-6.6	-6.4	-4.6	-4.3	-3.3	-2.9	-2.3	-1.7	-1.0

Fonte: Eurostat

Quadro 6. Dívida pública bruta (% do PIB)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	83.6	96.2	11.4	126.2	129.0	130.6	128.8	129.2	124.8
UE	73.3	78.8	81.4	83.8	85.7	86.4	84.4	83.3	81.6

Fonte: Eurostat

Quadro 7. Taxa de emprego, faixa etária dos 20 aos 64 anos

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	71.1	70.3	68.8	66.3	65.4	67.6	69.1	70.6	73.4
UE	69.0	68.6	68.6	68.4	68.4	69.2	70.1	71.1	72.2

Fonte: Eurostat

Quadro 8: Taxa de desemprego (%)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	12.0	12.9	15.8	16.4	14.1	12.6	11.2	9.0	7.0
UE	9.6	9.7	10.5	10.9	10.2	9.4	8.6	7.6	7.0

Fonte: Eurostat

Antes da crise económica, as exportações representavam apenas 31,0 % do PIB de Portugal e as importações, 38,6 %: em 2007, o défice da balança comercial era de -7,6 %. No entanto, desde então, as importações de Portugal têm-se mantido estáveis e as exportações têm vindo a aumentar de forma quase constante. Desde 2013, Portugal regista um ligeiro excedente comercial. Em 2017, as exportações representaram 42,7 % e, as importações, 41,9 % do PIB, o que resultou num excedente comercial de 0,8 % do PIB<sup>4</sup>.

Os principais destinos de exportação são a Espanha (20,9 %), a França (13,4 %), a Alemanha (10,7 %), o Reino Unido (9,5 %) e os EUA (5,5 %). Por razões históricas, as antigas colónias portuguesas são também importantes parceiros comerciais. Em 2017, as exportações para Angola representaram 3,3 % das exportações totais, enquanto para o Brasil o valor correspondente foi de 2,7 %. As principais exportações portuguesas são minerais e metais, maquinaria, produtos químicos e produtos agroalimentares<sup>5</sup>.

As principais importações de Portugal provêm da Espanha (30 %), da Alemanha (12,7 %), da França (7,7 %), dos Países Baixos (5,1 %) e de Itália (4,8 %). As principais importações são semelhantes às exportações: minerais e metais, maquinaria, produtos químicos e produtos agroalimentares.

<sup>4</sup> Fonte: Eurostat.

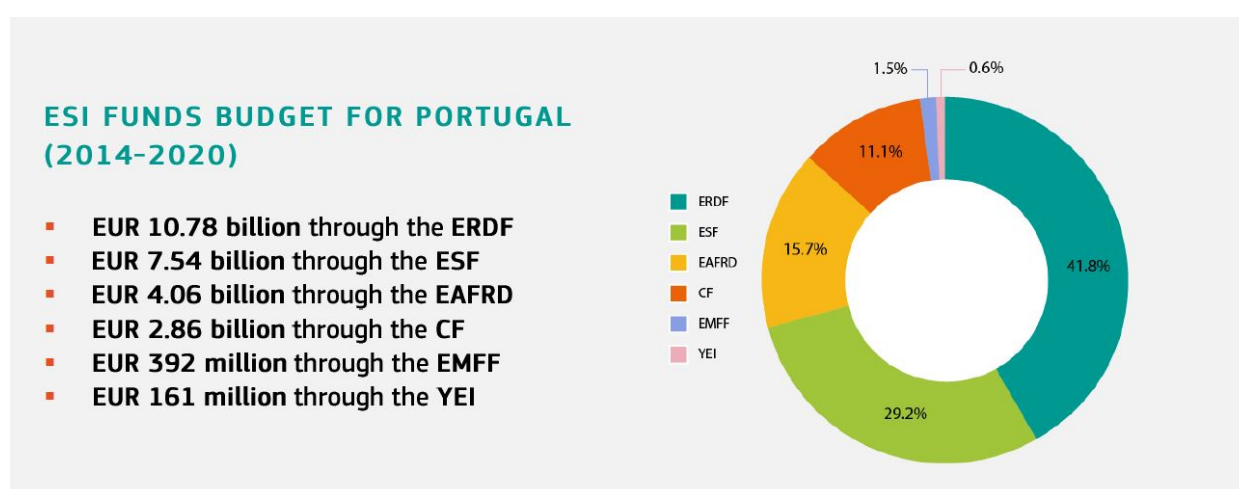
<sup>5</sup> Fonte: <https://www.pordata.pt> - dados provisórios relativos a 2017.

Portugal é um importante destino turístico. Em 2017, foi o nono maior destino da UE medido em dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico (72 milhões de dormidas no total, incluindo 48,9 milhões de não-residentes). O número total de hóspedes elevou-se a 24,5 milhões (dos quais 14,3 milhões não-residentes)<sup>6</sup>.

### 3. Política de coesão da UE em Portugal, 2014-2020<sup>7</sup>

Para o período de programação 2014-2020, foram atribuídos a Portugal 25,8 mil milhões de euros no âmbito dos FEEL (incluindo o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)) que, juntamente com uma contribuição nacional de 6,9 mil milhões de euros, representam um total de 32,7 mil milhões de euros disponíveis para apoiar o desenvolvimento socioeconómico do país.

Figura 1: Dotações dos FEEL para Portugal, 2014-2020



Fonte: Comissão Europeia, Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – Portugal: Ficha Informativa, 2016

Em 2014-2020, Portugal é elegível para a atribuição de 21,46 mil milhões de euros ao abrigo da política de coesão da UE:

- 16,67 mil milhões de euros para as regiões menos desenvolvidas (Norte, Centro, Alentejo e Açores);
- 257,6 milhões de euros para as regiões de transição (Algarve);
- 1,28 mil milhões de euros para as regiões mais desenvolvidas (Lisboa e Madeira);
- 2,86 mil milhões de euros através do Fundo de Coesão;
- 122,4 milhões de euros para a Cooperação Territorial Europeia;
- 115,7 milhões de euros na dotação específica para regiões ultraperiféricas;
- 160,8 milhões de euros para a Iniciativa para o Emprego dos Jovens.

Destes montantes, o financiamento do FSE em Portugal representará 7,6 mil milhões de euros que ajudarão a compensar o impacto social da crise económica e apoiar uma recuperação geradora de emprego.

<sup>6</sup> Fonte: Eurostat.

<sup>7</sup> Esta secção baseia-se nas páginas Web da Comissão Europeia, principalmente [Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – Portugal: Ficha Informativa 2016](#) e [Política de Coesão e Portugal](#).



Portugal gere onze programas operacionais no âmbito da política de coesão da UE, nomeadamente:

- Sete programas operacionais regionais (incluindo dois para as regiões ultraperiféricas), que recebem financiamento do FEDER e do FSE;
- Quatro programas operacionais temáticos: «Competitividade e Internacionalização» (cofinanciado pelo FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão); «Desenvolvimento sustentável e utilização eficiente dos recursos naturais» (cofinanciado pelo Fundo de Coesão); e «Capital Humano» e «Inclusão Social e Emprego» (ambos cofinanciados pelo FSE);

Além disso, existe igualmente um programa operacional para assistência técnica.

Mapa 3: Elegibilidade para os Fundos Estruturais (FEDER e FSE) 2014-2020



#### Structural Funds (ERDF and ESF) eligibility 2014-2020

- Less developed regions  
(GDP/head < 75 % of EU-27 average)
- Transition regions  
(GDP/head between  $\geq 75$  % and < 90 % of EU-27 average)
- More developed regions  
(GDP/head  $\geq 90$  % of EU-27 average)

Fonte: Comissão Europeia, [Política de Coesão e Portugal](#)

Portugal continental está subdividido em cinco regiões NUTS 2: uma região de coesão mais desenvolvida (Lisboa), uma região de transição (Algarve) e três regiões menos desenvolvidas (Norte, Centro e Alentejo). Além disso, os Açores estão classificados como região menos desenvolvida e a Madeira, como região mais desenvolvida.

O Acordo de Parceria de Portugal identificou os seguintes desafios e prioridades de investimento:

- Melhorar o empreendedorismo e a inovação empresarial — incluindo o desenvolvimento da economia e a melhoria do acesso das PME ao financiamento dos seus investimentos e a serviços avançados às empresas;
- Reforçar a transferência de conhecimentos I&D entre universidades e empresas, fortalecer os sistemas de investigação e inovação nas empresas e desenvolver um ambiente empresarial propício à inovação;
- Aumentar a competitividade económica através do reforço da produção de bens e serviços comercializáveis;
- Combater o desemprego, em especial o desemprego dos jovens através da Iniciativa para o Emprego dos Jovens, melhorar a qualidade da educação e da formação e assegurar uma melhor correspondência com a procura no mercado de trabalho; aumentar as qualificações e as competências da mão de obra ativa e prevenir o abandono escolar precoce;
- Reduzir a pobreza através da melhoria do acesso aos serviços e do apoio à economia social;
- Contribuir para a modernização da administração pública através do reforço das capacidades e do investimento no desenvolvimento dos recursos humanos e na governação eletrónica;
- Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização dos recursos: eficiência energética e melhor gestão dos recursos naturais.

Em Portugal, a política de coesão da UE é coordenada pelo Ministério do Planeamento. O atual ministro é Nelson de Souza.

#### 4. Cooperação Territorial Europeia

No período de programação 2014-2020, Portugal participa em nove programas de Cooperação Territorial Europeia (CTE): dois programas transfronteiriços, 3 transnacionais e 4 inter-regionais.

Portugal participa nos seguintes **programas transfronteiriços**:

- Programa de Cooperação «Interreg V-A Espanha-Portugal (Madeira-Açores-Canárias (MAC))» (contribuição do FEDER: 126,5 milhões de EUR);
- Programa de cooperação «Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP)» (contribuição do FEDER: 365,7 milhões de EUR).

Portugal participa nos três **programas transnacionais** seguintes:

- Região Atlântica [ES-FR-PT] (contribuição do FEDER: 140 milhões de EUR);
- Mediterrâneo [EL-ES-FR-HR-IT-MT-PT-SL] (contribuição do FEDER: 224,3 milhões de EUR);
- Sudoeste da Europa [ES-FR-PT] (contribuição do FEDER: 141,8 milhões de EUR).

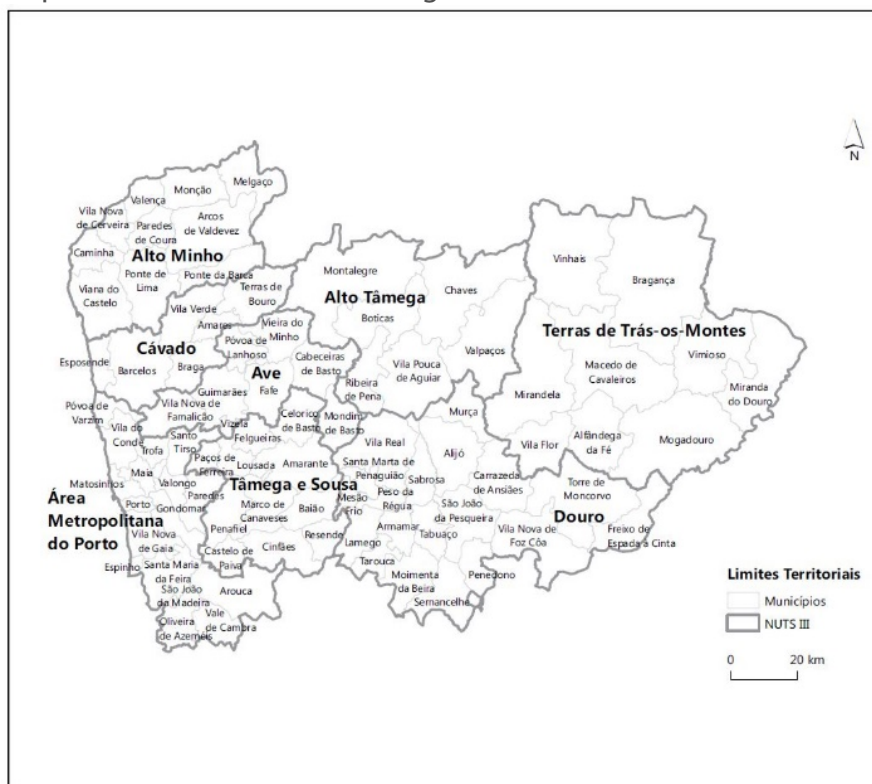
Portugal participa nos quatro **programas inter-regionais** seguintes: INTERREG EUROPA, INTERACT, ESPON e URBACT.

#### 5. Região Norte, Porto e Braga

A região Norte é a região administrativa mais setentrional de Portugal. Tem 568 km de fronteira com Espanha e 143 km de costa. A região representa 23 % da superfície total do território português e tem cerca de 35 % da sua população. Com uma população de mais de 3,6 milhões de habitantes, é a região mais populosa de Portugal. A sua densidade populacional de 168 pessoas por km<sup>2</sup> é muito mais elevada do que a média nacional e da UE.

A região pode ser dividida numa zona costeira, predominantemente urbana e altamente industrializada, e numa zona interior onde o setor primário ainda desempenha um papel importante. Caracteriza-se por indústrias de setores tradicionais (por exemplo, têxteis, vestuário, calçado e metalurgia), mas engloba também setores de média e alta tecnologia, nomeadamente equipamento industrial, componentes automóveis, produtos farmacêuticos, equipamento de precisão, equipamento de comunicação e computadores. Em 2013, as atividades económicas no setor secundário (transformação e construção) representaram cerca de 30,5 % do valor acrescentado bruto regional, que foi o valor mais elevado de todas as regiões portuguesas. 67,8 % do VAB regional proveio do setor terciário e 1,7 % do setor primário<sup>8</sup>. Em 2016, a região Norte registou o PIB per capita mais baixo de Portugal (15 200 EUR, contra a média nacional de 17 900 EUR)<sup>9</sup>.

Mapa 4: Divisão territorial da Região Norte NUTS II: NUTS III e municípios



Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte - 2017, Instituto Nacional de Estatística, 2018

O Porto é a segunda maior cidade de Portugal a seguir a Lisboa e tem uma população de cerca de 214 000 habitantes. O Presidente da Câmara do Porto é Rui Moreira. O Porto está no centro de uma das duas áreas metropolitanas de Portugal. A área metropolitana é constituída por 17 municípios e tem uma população de cerca de 1.7 milhões de habitantes. Os municípios que constituem a área metropolitana são:

- Arouca
- Espinho
- Gondomar
- Maia
- Matosinhos
- Oliveira de Azeméis

<sup>8</sup> Fonte: Comissão Europeia

<sup>9</sup> Fonte: Eurostat.

- Paredes
- Porto
- Póvoa de Varzim
- Santa Maria da Feira
- Santo Tirso
- São João da Madeira
- Trofa
- Vale de Cambra
- Valongo
- Vila do Conde
- Vila Nova de Gaia

Braga é um município do Norte de Portugal. Tem uma população de 181 000 habitantes e, juntamente com os municípios circundantes, constitui a terceira maior aglomeração urbana em Portugal. Com os seus 2 000 anos História, o seu legado romano e a sua arquitetura excecional, Braga é um destino turístico muito popular. É o segundo melhor destino europeu na classificação turística de 2019 da organização «European Best Destination». O Presidente da Câmara de Braga é Ricardo Rio, do Partido Social Democrata.

## **6. Programa Operacional Regional «Norte»**

Para o período de programação 2014-2020, o Programa Operacional «Norte» dispõe de um orçamento de 4.2 mil milhões de euros, com uma contribuição financeira da UE de 3.38 mil milhões de euros (2,72 mil milhões de euros do FEDER e 0.68 mil milhões do FSE). O programa centrar-se-á em nove prioridades principais:

- Investigação, desenvolvimento e inovação;
- Competitividade e internacionalização da economia regional;
- Economia hipocarbónica;
- Qualidade ambiental;
- Sistema urbano;
- Emprego e mobilidade laboral;
- Inclusão social e pobreza;
- Educação e aprendizagem ao longo da vida
- Capacidade institucional;

A autoridade de gestão é Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte 2020).

## Mais informações

Mais informações sobre a investigação realizada para a Comissão REGI pelo Departamento Temático disponíveis em: <https://research4committees.blog/regi/>



**Declaração de exoneração de responsabilidade.** As opiniões expressas no presente documento são da exclusiva responsabilidade do autor e não representam necessariamente a posição oficial do Parlamento Europeu. A reprodução e a tradução para fins não comerciais estão autorizadas, mediante menção da fonte e aviso prévio ao editor, a quem deve ser enviada uma cópia. © União Europeia, 2019.  
© A figura na página 1 é usada sob licença de Shutterstock.com

Coordenador do estudo: Marek KOŁODZIEJSKI

Assistência à publicação: Jeanette BELL

Contacto: [Poldep-cohesion@ep.europa.eu](mailto:Poldep-cohesion@ep.europa.eu)

O presente documento está disponível na Internet: [www.europarl.europa.eu/supporting-analyses](http://www.europarl.europa.eu/supporting-analyses)